

Mario Alberto dos Santos

Geógrafo, Mestre em Geografia pela Universidade Federal da Bahia
naturezageo@bol.com.br

Unidades de conservação, planejamento, diálogo de saberes e educação

Resumo

Esse estudo sobre o planejamento em Unidades de Conservação de Uso Sustentável tem como espaço de experiência vivida a reserva extrativista marinha baía do Iguape - BA. Com reflexões sobre a importância da educação e do diálogo de saberes à luz das fenomenologias existencial e da imaginação, da teoria sistêmica da vida e da ciência da cognição, estar-se-á discutindo e analisando, a partir da realidade de uma unidade de conservação de uso sustentável, a necessidade da dialogicidade e do comunitarismo e suas implicações em ações e projetos políticos voltados para o desenvolvimento social e humano. As populações tradicionais e seus saberes não são objetos de estudo; são os sujeitos e seu universo cognitivo, que são essenciais para o planejamento tal como para as ciências. Este artigo tenta contribuir para o esclarecimento de questões que envolvem a discussão da conservação da natureza e as estratégias adequadas para sua materialização: uma organização social e política viável para se pensar a autonomia política e econômica e a liberdade social da população da reserva extrativista.

Palavras-chave: planejamento, educação, diálogo, unidades de conservação.

Resumé

UNITÉS DE CONSERVATION, PLANIFICATION, DIALOGUE DE SAVOIRS E L'EDUCATION

Cette étude sur la planification en aires de protection environnementale d'usage durable a comme espace d'expérience vécue la réserve extrativiste marine baie d'Iguape - BA. Avec des réflexions sur l'importance de l'éducation et du dialogue de savoirs à la lumière des phénoménologies existentielle et de l'imagination, de la théorie systémique et de la science de la cognition, sera discuté et analysé, à partir de la réalité d'une aire de protection environnementale, la nécessité de la dialogicité et du caractère communautaire et leurs implications en actions et

projets politiques tournés vers le développement social et humain. Les populations traditionnelles et leurs savoirs ne sont pas objets d'étude ; ils en sont les sujets et leur univers cognitif qui es essentiel à la planification tout comme les sciences. Cet article essaye de contribuer aux questions qui engagent la discussion de la conservation de la nature et les stratégies adéquates pour sa matérialisation : une organisation sociale et politique viable pour penser l'autonomie politique et économie et la livreté sociale de la population de la réserve extrativiste.

Mots-clé: planification, éducation, dialogue, aires de protection environnementale.

1. Introdução

Busca-se refletir e analisar o planejamento em Unidades de Conservação (UC) de Uso Sustentável, tendo a Reserva Extrativista (RESEX) marinha baía do Iguape como espaço de experiência vivida e, portanto, subsídio empírico para o estudo. As comunidades de pescadores e marisqueiras e seus universos cognitivos, denominados de saberes tradicionais, não são considerados objetos de estudo. As comunidades tradicionais são sujeitos possuidores de criações cognitivas singulares em seus critérios de investigação e aceitabilidade, assim como as ciências também o são. Todavia, este universo é criado a partir de processos que envolvem a socialização de comunidades que têm na pesca e na mariscagem¹ artesanais seus meios de subsistência, trabalho e convívio social. Se existe um objeto de estudo este é o planejamento e os fenômenos (educação, diálogo, equidade) que envolvem e caracterizam sua materialidade e seus produtos. Embora consideremos o adjetivo “comunitário” ao designar o tipo de ação e projeto políticos que devem guiar o planejamento aqui concebido, pensa-se que não somente nas UC's de uso sustentável, mas em todo e qualquer espaço ocupado e usufruído pela espécie humana o planejamento não precise mais de adjetivos e seja sempre materializado tendo como base a não segregação e distinção hierárquica entre pessoas e lugares. Considera-se, assim, a educação e o diálogo de saberes como instrumentos de construção da autonomia social e política dos sujeitos envolvidos. Neste sentido, os saberes coletivamente construídos e todo o universo cultural dos pescadores e das marisqueiras têm o mesmo papel

das ciências nos processos e ações que o planejamento de uma resex marinha implica.

O que nos é cognoscível não está determinado pelos métodos e/ou metodologias que o torna apreensível e concebível, o “jeito” de conhecer e aceitar este conhecimento apenas caracteriza seus critérios de aceitação e investigabilidade no que tange o que é e o que não é considerado conhecimento: o conhecimento só tem validade dentro do contexto que o considere como tal. Os métodos científicos não são as únicas maneiras de representar criações cognitivas, o conhecimento não é produto das ciências, mas sim uma possibilidade criativa da espécie humana.

Pensar a geografia a partir da teoria da complexidade e da ciência da cognição é pensar numa geografia sem adjetivos e definições que a limitem dentro de uma aparente unicidade de pensamento. As “diversas geografias²” nos apresentam diferentes maneiras de encarar o mesmo problema e o objeto; entender as relações entre a socialização humana e o espaço. E as adjetivações muitas vezes implicam em limites que acabam criando objeções negativas ao processo de desenvolvimento das ciências. Este “novo” jeito de pensar e considerar nossas criações cognitivas não é um jogo competitivo entre o pensamento sistêmico e o pensamento mecanicista ou newtoniano, um não é necessariamente melhor ou pior do que o outro, “o novo pensamento não é, necessariamente, um pensamento superior pelo fato de ser novo, (...) Merece que lhe seja dada atenção. Ele precisa de um fórum onde possa ser apresentado, discutido e avaliado” (CAPRA; STEINDL-RAST, 1991, p. 7). As divisões da geografia sempre causaram desconforto para o diálogo; a tão falada multi-intertransdisciplinaridade não conseguiu escapar da massificação teórica e do distanciamento da construção do conhecimento, ficando presa a teorias que não são aplicadas e aplicáveis. Pois, teoria não é conhecimento; teoria não deve ser considerada uma chegada mais sim uma partida (MORIN, 2000), conhecimento implica ação coletivamente construída, teoria não necessariamente.

No caso de se pensar o planejamento de uma UC de uso sustentável o conhecimento exigido para tal realização deve ser produto do diálogo entre o pensamento científico e o pensamento tradicional dos moradores da unidade. É imprescindível perante a lei e perante nossa maneira de

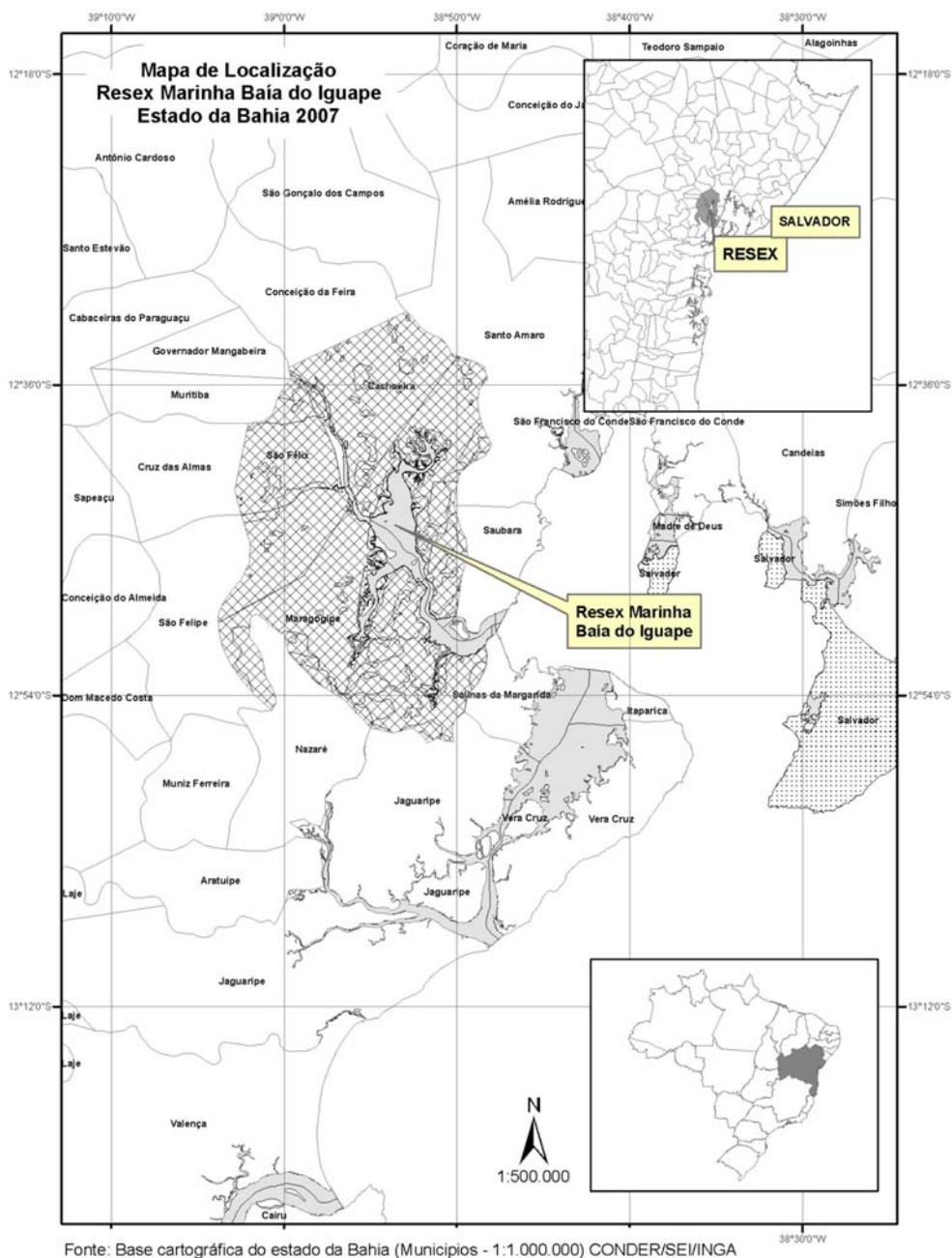
estudar o planejamento, a equidade entre os envolvidos para dar margem à dialogicidade e buscar-se assim a efetiva conservação da biodiversidade e da sociodiversidade previstos na lei 9.985/00 - Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SUNC). A resex em questão situa-se no estado da Bahia, município de Maragojipe, Cachoeira e São Felix, localizada no Recôncavo Baiano. A unidade não conta com um plano de manejo e de uso e há entre a população local e a UFBA (Universidade Federal da Bahia) somente um projeto³ que visa à construção comunitária do manejo da resex.

A resex marinha Baía do Iguape foi criada no ano de 2000, tendo 8.117,53 ha de área total, sendo 2.831,24 ha de manguezal e 5.286,29 ha de águas internas brasileiras. Esses dados têm como base a carta utilizada pelo IBAMA para o decreto de criação da reserva: a folha correspondente é a SD-24-X-A-IV, publicada pelo Departamento de Cartografia do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Dentre os 20 distritos (17 de Maragojipe e 3 de Cachoeira) que compõem a população da resex, a pesquisa concentrou-se em Maragojipe e nos distritos de Coqueiros e Nagé, localizados ao norte da sede (Maragojipe). A escolha das duas outras localidades, além da sede, conjugou razões práticas de viabilidade, como a facilidade de acesso, e características singulares do tecido social de ambos os distritos (Figura 1).

Temos em Coqueiros, além da pesca e da mariscagem, o artesanato de barro (fabricação de panelas, tigelas, pratos). Essa atividade, que mobiliza mulheres de pescadores, constitui um potencial que pode ser desenvolvido através de agregação de mais valor aos produtos, sendo, portanto, outro fator a contemplar no quadro do manejo dos recursos naturais, em favor da diversificação das atividades, no intuito de encontrar alternativas para o incremento da renda e, conseqüentemente, diminuir a pressão sobre a oferta de pescado e de marisco na natureza. No caso de Nagé, a escolha foi pela união e “rebeldia” de seus moradores, em torno do que estes estimam ser melhor para a “comunidade”, mesmo que a opinião defendida seja minoritária no seio da resex.

Dentre os moradores da baía do Iguape, muitos não trabalham com a pesca. Portanto, temos pessoas que vivem dentro da resex e que, por não serem usuários-extrativistas, não estão incluídos diretamente nos proces-

Figura 1
MAPA DE LOCALIZAÇÃO DA RESEX



sos de gestão e planejamento da mesma. Pelas informações fornecidas pela atual presidente da colônia de pesca de Maragogipe, há registrado cerca de 1.500 extrativistas (pescadores e marisqueiras), porém, estima-se que haja entre 3.000 e 3.500 famílias que sobrevivem da “maré”. O IBAMA fala em mais de 8.000. O fato é que não há um levantamento oficial e legítimo que nos mostre quantas pessoas sobrevivem do extrativismo tradicional na baía do Iguape. A criação de uma associação-mãe para a unidade e o cadastramento dos usuários da reserva devem ser os primeiros passos das comunidades. O esclarecimento de quantos são e quem são os usuários da resex inicia o processo de estabelecer metas e planos de urgência, tais como garantir a todos os direitos de aposentadoria e os benefícios (auxílio-maternidade, auxílio-doença, invalidez) das leis trabalhistas.

Existem atuando na resex três ONG's: Vovó do Mangue – nome que homenageia uma entidade moradora e protetora dos manguezais⁴; Centro-Mangue – ONG que originou dois grupos musicais, Cantarolama e Filhos da Maré, que cantam e encantam em poesia a vida, as aspirações, os problemas, os medos e as alegrias do “povo do mangue”, do “povo da lama” e Guigui – nome ligado a um pequenino caranguejo que habita os manguezais da área.

A atuação das três ONG's está ligada ao replantio e à recuperação de manguezais, aos projetos de educação ambiental em escolas das comunidades, além de projetos artístico-culturais de música, poesia e pintura. Esses trabalhos têm parcerias com governos (estadual e municipal) e também com a estatal Petrobras. A essencialidade da atuação dessas organizações é indiscutível, porém, nenhuma atuou no que tange à colaboração na construção do tecido social necessário para o planejamento e a gestão da resex. Exceto o projeto MARENA, não são realizados trabalhos que revelem aos moradores da unidade os direitos e os deveres que lhes cabem por serem usuários e gestores reconhecidos da UC em questão.

Infelizmente, não nos é difícil listar problemas políticos e sociais existentes na resex marinha baía do Iguape, em que pese a desorganização social em torno da questão comum que envolve os extrativistas: a gestão e o planejamento da resex, ou seja a colaboração no “cuidar de casa”. Criada há sete anos, a resex nunca contou com efetiva participação

do Estado – representado pelo IBAMA – na elaboração de ações políticas e/ou projetos políticos que viabilizassem a implantação de fato da resex e não somente a publicação do decreto de sua criação.

A partir dessas constatações, observa-se a urgência em construir uma socialização que trate a equidade e o respeito como inerentes às relações sociais e políticas estabelecidas. As UC's recebem influência direta das políticas públicas que visam ao desenvolvimento econômico e social do país. E como o modelo social prevalecente privilegia a alta tecnologia e a vida social cidadina, os grupos sociais tradicionais se vêem distantes dos produtos e dos benefícios gerados com o desenvolvimento econômico e social do país.

2. Unidades de conservação e legislação ambiental: alternativas, caminhos e conflitos no manejo do patrimônio natural brasileiro

Somente em 1965, com a criação do Código Florestal Brasileiro (lei 4.771), o Brasil passa a ter uma lei específica para a “proteção da natureza”. Mas somente um texto de lei não garante a efetiva materialização de seus objetivos e diretrizes. A partir da década de 1970 há um pequeno aumento, representado por acontecimentos isolados no mundo⁵, na preocupação com a “proteção” do chamado ambiente natural. Novas perspectivas começam a ser transformadas em ações e há uma pequena, porém perceptível, preocupação para com a natureza, ao mesmo tempo em que há preocupação para com a vida social humana.

No Brasil, a década de 1980 é marcada por movimentos sociais que contribuíram muito para mudanças essenciais das leis brasileiras. O fato que mais representa tal “movimentação” foram as reivindicações dos “povos das florestas”, simbolizados na figura do seringueiro Chico Mendes, que propuseram aliar à proteção da natureza o uso social da mesma, desmistificando o papel de vilão da espécie humana.

Com a criação das leis 6.938/81 - Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), 9.795/99 - PNEA e 9.985/00 - SNUC, instituem-se instrumentos legais que nos permitem efetivar talvez a principal modificação da legislação ambiental no Brasil: passa-se de um caráter preservacionista,

no qual o uso social da natureza é necessariamente um problema para sua “saúde”, para um caráter conservacionista, onde a espécie humana pode desenvolver seu cotidiano de trabalho e vida social aliado à conservação do ambiente natural.

As mudanças ocorridas com as UC's de uso sustentável também refletem transformações no modelo de proteção de ecossistemas e biomas. Com a participação das populações humanas nesse processo, os resultados tendem a ser mais positivos, pois, quando se considera a sociodiversidade numa relação de troca e de reciprocidades para com a biodiversidade têm-se novas possibilidades de ações para materializar a expressão “proteção da natureza”.

A materialização do modelo proposto pelo SNUC, de aliar desenvolvimento econômico-social com a conservação da natureza, pelo enfoque da sustentabilidade, ainda está longe de acontecer em todas as UC's do país. O universo social do Brasil, que convive numa trama de interesses e conflitos de poder, onde nem sempre o bem comum se faz presente, gera implicações que impedem a total transformação no significado, no uso e no manejo do patrimônio natural. A legislação ambiental não se resume às Unidades de Conservação: existem regras e critérios, constitucionais e de direito civil público, em relação ao ambiente natural, que toda materialização de relações sociais, políticas e de trabalho deve cumprir.

A contemplação dos direitos ambientais coletivos está relacionada aos princípios da democracia. Constitucionalmente, é garantida a qualidade do ambiente como essencial para a qualidade da vida humana. Mas, no Brasil, não vivemos uma democracia plena e diversos direitos coletivos se restringem a privilégios de pequenos grupos. A meritocracia, comum na democracia brasileira, sugere um sentido de igualdade relacionado com o número de oportunidades e o sucesso dos méritos pessoais e nunca coletivos. Considera-se a partir daí a competição como fator biológico e não construção social-imaginária. A competição implica a negação do outro; neste sentido ela nunca será sadia. E como no capitalismo ela é vista como motivação para o sucesso, trata-se a competição como característica insubstituível da vida social humana e fator determinante para a grande diversidade de vida no planeta:

(...) fala-se de livre competição como se esta fosse um bem transcendente, válido em si mesmo, e que o mundo todo tem de valorizar positivamente e respeitar como a uma grande deusa, ou talvez um grande deus que abre as portas para o bem-estar social, ainda que, de fato, negue a cooperação na convivência, que é o que constitui o social (MATURANA, 1998, p.14).

Com práticas meritocráticas, a sociedade cria os capazes e os incapazes, estes, muitas vezes, vêem sua situação de miserabilidade como correta e justificada por sua falta de capacidade. A exclusão e a inclusão não servem simplesmente para designar níveis de desigualdades, mas também para indicar quem está fora e quem participa ativamente do fluxo social prevalecente. Os poderes públicos e privados, que têm condições de interferências substanciais na política nacional de desenvolvimento e nas decisões que acentuam ou minimizam a triste situação da “democracia” brasileira, preferem conduzir as políticas nacionais de acordo com os interesses das elites econômicas e das estratégias do mercado internacional.

As populações tradicionais, em sua maioria, são compostas de pessoas que não participam plenamente desse fluxo social prevalecente. Se a democracia é apenas discurso, ao se criar uma UC de uso sustentável, a efetivação de sua gestão e de seu planejamento ficam ameaçados. Se a sociedade não reconhece a autenticidade dos saberes das populações tradicionais e os processos de construção desses saberes, a busca pela autonomia administrativa e financeira dessas populações tradicionais das UC's pode sofrer maiores ameaças de insucesso. Ora, que vantagem vê o Estado e o capital privado em realizar investimentos em modos de vida “primitivos” que não consomem a alta tecnologia atrelada ao modelo de vida desejado e idolatrado nos centros urbanos?

As políticas de governo, que erroneamente são denominadas de “políticas públicas” (essa diferença se dá, pois, as ações dos governos são pautadas muito mais em ideologias do que nas necessidades reais e coletivas de nossa sociedade. E os incentivos para a participação civil na idealização e materialização dos projetos dos governantes não passam de clichês presentes em discursos e teorias), acabam criando as segregações espacial e social. Uma ação política corresponde à condição humana da pluralidade, “(...) ao fato de que homens, e não o homem, vivem na Terra e habitam o mundo”. (ARENDDT, 2007, p. 15). A unicidade das políticas de governo é representada pelo modelo de planejamento que cria um desen-

volvimento onde a diversidade é substituída por um “tipo” de vida que supostamente seria o ideal e o buscado por todos os povos e em todos os lugares: “A pluralidade é a condição da ação humana pelo fato de sermos todos os mesmos, isto é, humanos, sem que ninguém seja exatamente igual a qualquer pessoa que tenha existido, exista ou venha existir” (ARENDETT, 2007, p. 16).

Entende-se o planejamento como uma ação humana movida e realizada por processos que somente são possíveis na coletividade. Fenômenos sociais humanos, como a linguagem, o poder, a política, a educação e o planejamento, não acontecem na individualidade criativa do ser, mas sim na troca de experiências e na socialização, portanto, na coletividade.

3. Saberes, diálogos e experiências vividas...

Durante o convívio com as comunidades da resex marinha baía do Iguape, participando de pescarias, realizando entrevistas ou apenas dialogando sobre a vida, pôde-se observar que os saberes tradicionais transcendem as técnicas de pesca e mariscagem e alcançam um rico universo de pensamento e imaginação que cria e recria cotidianamente as relações sociais e políticas entre as comunidades (o uso da palavra *comunidade* faz uma alusão à maneira como os moradores da baía do Iguape se referem ao falar de um bairro ou de um distrito).

O conhecimento sobre os ecossistemas e seus sistemas vivos está ligado ao misticismo e ao imaginário religioso e, conseqüentemente, também as artes de pesca e mariscagem. Na baía do Iguape, saber pescar e mariscar implica em saber tecer redes e confeccionar apetrechos das artes de pesca e mariscagem, conhecer hábitos alimentares das espécies da fauna, a reprodução dessas mesmas espécies, o movimento da maré, as relações entre a temperatura, a salinidade e a coloração da água com as espécies possíveis de serem capturadas, assim como as relações de amizade e companheirismo. Enfim, os saberes coletivamente construídos entre a população carregam um profundo e detalhado entendimento sobre o dinamismo da vida nos ecossistemas presentes na unidade.

O contexto no qual as ciências estão inseridas remete-se a elas (as ciências) como uma possibilidade de entender e explicar uma realidade pré-existente, independente do cientista. Confiar nesta afirmação significa aceitar que os critérios de investigação e de aceitabilidade do conhecimento científico nos permitem desvendar a realidade objetiva que, neste sentido, seria única. A discussão é: existem diversos pontos de vista sobre uma mesma realidade? Ou várias possibilidades de perceber e explicar realidades infinitas?

Toda e qualquer explicação de alguma experiência ou fenômeno, inclusive as explicações científicas enquanto domínios cognitivos, só é aceita como tal para aqueles que concordam com os critérios de validação, investigação e aceitabilidade. As explicações são universais no domínio especificado pela aceitação correspondente (MATURANA, 2001). Essa universalidade não significa acesso privilegiado à realidade. A suposta univocidade da realidade é insustentável diante das infinitas possibilidades cognitivas de conceber e representar qualquer realidade vivida e/ou experienciada.

Há tantas realidades – todas diferentes, mas igualmente legítimas – quantos domínios de coerências operacionais explicativas, quantos modos de reformular a experiência, quantos domínios cognitivos pudermos trazer à mão (MATURANA, 2001, p. 38).

Cada domínio cognitivo gera as explicações que lhe convêm. As coerências operacionais de cada domínio de experiências do observador que pretende explicar algo são tratadas como um domínio de constituição de experiências somente em seu domínio de existência (MATURANA, 2001). Isso significa que as explicações científicas somente são construídas dentro do domínio de experiências já explicadas pelas ciências. Não podemos explicar cientificamente o fenômeno, utilizando explicações que não pertencem ao universo científico. “A explicação aceita torna-se uma experiência que pode ser usada como tal para outras explicações” (MATURANA, 2001, p. 134). Nossos diferentes critérios utilizados para explicar, escutar e aceitar as explicações variam, diversificando os domínios explicativos que coexistem em nossas vidas cotidianas. As ciências e os saberes tradicionais são domínios cognitivos que explicam experiências e fenômenos da vida cotidiana do ser humano. Aqui não se considera o conhecimento

apenas como produto do método científico de apreensão e concepção do que nos é cognoscível: a construção cognitiva é um fenômeno da vida. Segundo Maturana e Varela (2001), a cognição é o fenômeno responsável pela autogeração e a autopropetuação das redes vivas. Há uma reciprocidade, uma troca entre os sistemas vivos e suas experiências com o mundo vivido, e o fenômeno que possibilita tais organizações e relações é a cognição. Neste sentido,

As interações de um organismo vivo com seu ambiente são interações cognitivas. Assim, a vida e a cognição tornam-se inseparavelmente ligadas. A mente – ou melhor, a atividade mental – é algo imanente à matéria, em todos os níveis de vida (CAPRA, 2002, p. 50).

As ciências, assim como os saberes tradicionais são produtos dessa cognição, não suas fontes geradoras. As explicações científicas não podem ser consideradas revelação de uma realidade objetiva, pronta para ser explicada e conhecida pelos métodos científicos. A realidade explicada nunca será independente de quem a explica. As explicações, sejam científicas ou não, só são aceitas como tal se estiverem atreladas ao universo que as considere explicações de algo. A geografia da cidade explicada por um geógrafo preso aos critérios de explicação e aceitabilidade das ciências nunca será a mesma do que a explicada por um mendigo de 60 anos de idade, vivendo nas ruas de uma cidade qualquer há 45 anos. Não se trata aqui de verdade ou mentira, esse dualismo não cabe nessa análise, mas sim de experiências diferenciadas de um mesmo fenômeno e das diferentes proposições explicativas possíveis de tais experiências.

Muitas vezes as diferenças entre os saberes tradicionais e científicos se referem aos métodos e metodologias de investigação, análise e representação de realidades percebidas e concebidas. As ciências são institucionalizadas e possuem um *status quo* impensável para os saberes tradicionais nos dias atuais. A verdade científica é incontestável por qualquer teorização e/ou explicação que não seja também científica. Por isso o diálogo, a intenção não é colocar em choque pontos de vista, mas sim construir algo que tenha no diálogo sua motivação primeira.

Segundo Souza (2002, p. 46), com o planejamento, buscamos evitar ou minimizar problemas “(...) abrir mão disso equivaleria a saudar um

caminhar errático, incompatível com a vida social organizada, independentemente do modelo e do grau de complexidade material da sociedade (...). E, como em uma UC de Uso Sustentável, os interesses principais de seu planejamento referem-se às necessidades e potencialidades dos moradores-usuários dessas áreas, nada mais conveniente do que dialogar com os saberes que envolvem o trabalho e o convívio social dessas populações.

A construção dos saberes tradicionais e científicos está presa à mesma estrutura biológica de um mesmo sistema vivo: a espécie humana. As desigualdades de ambos os conhecimentos são socialmente construídas, e, portanto, não são imprescindíveis.

As experiências vividas são essenciais na construção dos saberes. O geógrafo, o pescador e a marisqueira têm em comum o espaço como intermediário e caminho para suas construções cognitivas. A construção do conhecimento é aqui analisada a partir da noção de intencionalidade. Tal noção permite-nos "(...) uma outra releitura crítica das relações entre objeto e ação. A intencionalidade é um traço fundamental do vivido em geral" (SANTOS, 1996, p. 72). A idéia de intencionalidade está presente em todos os momentos da vida humana. Nossas intenções, junto com nossas emoções, nos induzem e nos sugerem percorrer caminhos e tomar decisões...

O universo cognitivo das populações tradicionais não deve ser visto como algo estático ou inerte no tempo. Considerar o tradicional como sendo primitivo ou atrasado impede um diálogo construtivo e necessário. Toda criação humana (ciências, artes, saberes, cidades, etc.) se constitui na possibilidade eterna do novo, com a inevitável conservação do velho. "O devir histórico de qualquer sociedade é sempre o resultado desses dois processos: conservação e variação" (MATURANA, 1997, p. 201).

A expressão "grupos sociais tradicionais" não se refere a um lugar ou cultura específicos, mas a uma relação muito singular com o espaço e com a vida. A intimidade e a afetividade para com o ambiente natural, aliadas à observação e à experiência, traduzem modos de vida que coexistem com o misticismo e com o imaginário, presentes na construção e na re-construção dos saberes e dos processos de socialização de todo grupo social-cultural.

Entre a população da resex marinha baía do Iguape, o compartilhamento dos saberes e, portanto, a transmissão desses saberes acontecem no convívio dos mais velhos com os mais novos. Crianças e jovens aprendem no cotidiano de trabalho o conhecimento necessário à vida dos pescadores e/ou das marisqueiras. Durante a realização da pesquisa observou-se que a oralidade e a contemplação são marcas presentes de seu universo cognitivo.

A partir da proposta de diálogo entre os saberes, deve-se pensar numa epistemologia que trate a contextualização e a concepção sistêmica da vida como princípios filosóficos essenciais: “Todo e qualquer organismo vivo – desde a menor bactéria até os seres humanos, passando pela imensa variedade de plantas e animais – é uma totalidade integrada, e, portanto, um sistema vivo” (CAPRA, 1982, p. 260). A vida aqui considerada abarca todos os sistemas vivos existentes que compõem todos os ecossistemas da Terra. O termo “ecologia” está aqui empregado no sentido mais amplo e mais profundo que o usual. Reconhece-se assim a interdependência fundamental de todos os fenômenos. E os seres humanos enquanto indivíduos e sociedade estão todos encaixados nos processos cíclicos da natureza. Dentro da perspectiva aqui considerada, não existe paralelismo entre ser humano e natureza,

A ecologia profunda não separa seres humanos – ou qualquer outra coisa – do meio ambiente natural. Ela vê o mundo não como uma coleção de objetos isolados, mas como uma rede de fenômenos que estão fundamentalmente interconectados e são interdependentes. A ecologia profunda reconhece o valor intrínseco de todos os seres vivos e concebe os seres humanos apenas como um fio particular na teia da vida (CAPRA, 2006, p. 26).

A preocupação em esclarecer aqui tais aspectos de nossas reflexões tornou-se necessária, pois, nas pesquisas realizadas, observou-se que os saberes tradicionais são construídos levando-se em consideração todo o dinamismo natural do entorno. As relações entre as diversas manifestações de vida dos ecossistemas, incluindo aí a socialização humana, estão presentes nas ações empreendidas com os conhecimentos coletivamente construídos. Esse é o âmago do diálogo: não se trata apenas de dialogo entre as pessoas, mas também entre as pessoas e o mundo. A preocupação com os períodos de defeso⁶ é produto do diálogo entre as pessoas e o

mundo. Entender que durante o ano há períodos em que determinadas espécies não devem ser capturadas, devido a sua reprodução, é construir a possibilidade de realização da vida por parte de outros indivíduos que compõem os ecossistemas da área. Os moradores da baía do Iguape sabem que a captura de espécies não adultas⁷ cria obstáculos à continuidade da vida, ao mesmo tempo em que a atividade extrativista vê-se comprometida.

Vale ressaltar que este estudo não deve ser classificado como “geografia da percepção”. Não é um estudo sobre culturas tradicionais, mas sim um estudo sobre planejamento em UC de uso sustentável. As análises sobre as relações entre os saberes tradicionais e os saberes científicos para o planejamento não depende somente de um estudo antropológico e/ou de percepção. Por isso a preocupação em não limitar-se ao adjetivo *percepção* para se classificar um “tipo” de geografia.

A construção do diálogo, a partir da educação, para ações e projetos de planejamento em UC's de uso sustentável atribui às ciências a necessidade de conhecer o universo cultural e cognitivo dos envolvidos no processo, neste caso, as populações moradoras-usuárias dessas áreas. Para tanto, estudos de percepção nos são imprescindíveis, mas o planejamento desses espaços de convivência (uma resex marinha, por exemplo), que pela lei 9.985/00 deve ser construído em co-laboração entre moradores e comunidade científica, implica ir além dos estudos da “geografia da percepção”. Isso não significa ignorar as contribuições, mas sim tentar atribuir às ações e aos projetos políticos para o planejamento toda a importância do diálogo, da educação e da equidade.

4. Sobre dialogicidade e comunitarismo no planejamento

O diálogo entre os saberes e o comunitarismo no planejamento das UC's de uso sustentável são questões previstas em leis federais (leis 9.985/00 e 9.795/99). No entanto, os textos das leis, quando não são seguidos de políticas e ações públicas, podem não cumprir os objetivos previstos. Além dos modelos de planejamento, tem-se também as questões epistemológicas e de conhecimento que interferem, criando obstáculos às transformações

necessárias. Enquanto o Estado e o capital privado privilegiam estratégias competitivas e não cooperativas e levam ao extremo as noções de absolutismo e precisão das ciências defendidas pelas filosofias dos métodos pre-valetentes, vê-se desencadear processos que vão contra as diretrizes e os objetivos estabelecidos pela constituição federal e pela legislação ambiental brasileira.

Antes de toda e qualquer ação deve-se atentar para o processo de construção da autonomia. Sem autonomia não há possibilidade de materializar um planejamento comunitário. Isso significa que todos os envolvidos são agentes neste processo e as potencialidades e necessidades locais são prioritárias no estabelecimento e no desenvolvimento de estratégias, ações e projetos. “A autonomia não é, pois, elucidação sem resíduo e eliminação total do discurso do Outro não reconhecido como tal. Ela é instauração de uma outra relação entre o discurso do Outro e o discurso do sujeito” (CASTORIADIS, 1982, p. 126). É espaço e possibilidade para o estabelecimento do diálogo, sem a autonomia não nos é possível dialogar e nem tampouco agir politicamente. Como dito antes, a ação política é a condição humana da pluralidade, o mesmo ocorre também com o diálogo. “A política não é nem concretização de um Saber absoluto, nem técnica, nem vontade cega não se sabe bem de que; ela pertence a um outro domínio, (...) a práxis” (CASTORIADIS, 1982, p. 94). Destaca-se, assim, a inseparabilidade da autonomia, da ação e da política.

Aqui a educação faz-se essencial, pois considera-se a educação instrumento de criação e perpetuação de situações onde as relações oprimidos/opressores não têm sentido: uma socialização espontânea e gratuita...

A educação é, ao contrário, um processo de convivência com o outro; isso não acontece somente nas escolas, faz parte de nosso cotidiano. Ressalta-se a relevância da educação como processo que aceita e legitima o outro na convivência diária. “O educar ocorre, portanto, todo o tempo e de maneira recíproca” (MATURANA, 1998, p. 29).

O planejamento comunitário implica no diálogo, presente também na educação. Todos os participantes são sujeitos de sua própria fala, num processo que acontece sem a validade de argumentos de autoridade. As pessoas se educando entre si, mediatizadas pelos objetos e fenômenos

cognoscíveis, especializados ou não, e presentes em seus cotidianos. Define-se educação a partir de considerações de Paulo Freire (2005), que trata a autonomia, a equidade e o diálogo como fenômenos intrínsecos à educação. Para o planejamento aqui concebido, a educação é essencial, pois não sabemos viver dentro do comunitarismo e da dialogicidade, isso dever ser construído no cotidiano do convívio entre as pessoas. Depende, sim, de construção e reflexões teóricas das ciências, mas depende também de ações e projetos políticos que envolvam a participação de outros agentes sociais que não somente a comunidade científica. Assim, uma educação que concebe o diálogo como essencial a sua prática faz-se essencial ao planejamento. Considera-se aqui uma educação que é a

prática da liberdade, ao contrário daquela que é prática da dominação, implica a negação do homem abstrato, isolado, solto, desligado do mundo, assim como também a negação do mundo como uma realidade ausente dos homens.

A reflexão que propõe, por ser autêntica, não é sobre este homem abstrato nem sobre este mundo sem homens, mas sobre os homens em suas relações com o mundo. Relações em que consciência e mundo se dão simultaneamente. Não há uma consciência antes e um mundo depois e vice e versa (FREIRE, 2005, p. 81).

A educação dialógica como instrumento do planejamento comunitário busca construir a viabilidade dos grupos sociais tradicionais sentir-se e saber-se tão homens e mulheres quanto todos e todas que habitam o mundo: "(...) na teoria dialógica da ação, os sujeitos se encontram para a transformação do mundo em co-laboração" (FREIRE, 2005, p. 191). Todas essas características e essencialidades da educação dialógica e do planejamento comunitário fazem nascer outro aspecto da socialização espontânea e gratuita: a autonomia individual e social.

Os pensadores Maturana (1997) e Arendt (2007) expõem outros fenômenos da socialização, que têm a propriedade de unir as pessoas em busca de algo comum. Tem-se como base dessa união o respeito e a aceitação do outro na convivência. Uma socialização entre os que fazem ciência e entre os que constroem os saberes tradicionais amplia as possibilidades e elimina obstáculos ao desenvolvimento social e humano de todos os grupos sociais existentes. Na educação e no planejamento, a emoção que

aceita a diversidade, portanto, o diferente de mim, nasce da aceitação espontânea e não utilitarista.

Na socialização analisada por Maturana (1997), considera-se o amor a condição dinâmica espontânea de aceitação do outro, um fenômeno biológico que não se resume ao sentimento de afetividade de uma pessoa por outra:

(...) o amor é o fundamento do fenômeno social e não uma consequência dele (...). O amor consiste na abertura de um espaço de existência para um outro em coexistência conosco (...). Estou apenas dizendo que, sem o amor como um fenômeno biológico espontâneo, não existe socialização (MATURANA, 1997, p.184 e 186).

O diálogo entre a socialização de Maturana (1997) e a pedagogia de Freire (2005) é imprescindível, pois, “sendo fundamento do diálogo, o amor é também, diálogo. Daí que seja essencialmente tarefa de sujeitos e que não possa verificar-se na relação de dominação” (FREIRE, 2005, p. 92). Essa reflexão é inevitável quando se pensa o manejo das UC's de uso sustentável.

No caso de Arendt (2007), o fenômeno analisado é o poder. Tanto o amor como o poder somente existem em potencial, dependendo intimamente do respeito e da aceitação do outro na convivência, ou seja, da socialização e da união de homens e mulheres. O espaço do poder é chamado por Arendt de o espaço da aparência. “Onde quer que os homens se reúnam, esse espaço existe potencialmente; mas só potencialmente, não necessariamente nem para sempre” (ARENDR, 2007, p. 212). A convivência torna-se um fator indispensável a esse fenômeno. Ao contrário da tirania, regada de força e violência, o poder só é efetivado quando o ato e a palavra caminham juntos, “(...) quando as palavras não são vazias e quando os atos não são brutais (...)” (ARENDR, 2007, p. 212). Neste sentido, a população da resex marinha baía do Iguape precisa construir uma organização social que potencialize a manifestação dos fenômenos do amor e do poder, respectivamente defendidos por Maturana (1997) e Arendt (2007).

Neste ponto, estamos unindo toda a discussão sobre a relevância do diálogo de saberes e o respeito ao universo dos grupos sociais tradicionais, que constroem, em outros domínios operacionais de existên-

cia, seus universos de saberes e relações com o mundo. O conhecimento construído e compartilhado nasce de interações e reciprocidades de experiências e vivências diversas, num eterno diálogo entre o observador e o mundo cognoscível.

Pensa-se o planejamento a partir da perspectiva da geografia, considerando-se o pensamento sistêmico e a ciência da cognição como subsídios para fundamentar a relevância e a coerência do diálogo entre saberes que são materializados dentro de diferentes universos de experiências. Não se pretende inaugurar nada e nem tampouco desconsiderar o que já existe de conhecimento sobre esta temática. Neste sentido, nossas intencionalidades não passam pela tentativa de

(...) recriar métodos, ou de repensar conceitos que apenas aprimorem uma mesma lógica de relacionamentos homem-natureza e entre-os-homens. Importa alterar a essência mesma de tal estrutura de conhecimentos, acompanhada de sua estrutura de valores (...) de modo a ser possível pensar e estabelecer princípios de relacionamento de uma outra maneira (BRANDÃO, 1994, p. 74).

O mecanicismo e o positivismo nas ciências nos trouxeram inúmeras possibilidades de crescimento e desenvolvimento. A evolução do conhecimento científico alcançou resultados essenciais para a vida humana. No que tange à conservação da natureza, que passa pela discussão de seu uso social, a filosofia prevalecente no método científico, onde a natureza é vista como recursos em potencial, influencia um modelo de planejamento que resulta num desenvolvimento que prioriza a homogeneidade, a hierarquia e a competição. E, no caso do planejamento em uma resex marinha, há instrumentos legais garantidos por leis que permitem o agir pautado na pluralidade, na equidade e na cooperação. Pensa-se que o pensamento sistêmico e a ciência da cognição nos dão condições para as reflexões e as análises aqui presentes. “Não se trata mais de extrair de uma natureza inerte e dominada, por meio de uma técnica utilitária e insensível, aquilo que unidimensionalmente exista para servir apenas o homem” (BRANDÃO, 1994, p. 75).

Não se busca uma teoria explicativa universal de como todos devem se comportar no mundo e com o mundo. Apenas trata-se de não considerar a natureza como recursos em potencial, mas, dirigir-se a ela na condição de parceira de uma inevitável interação. “Re-centrar nela o

valor-de-si-mesma e não mais um bem-para-o-homem (...) como algo disponível para e não a disposição de” (BRANDÃO, 1994, p. 78).

A educação aqui pretendida refletirá no planejamento almejado. Ao sair dos direitos dos homens e mulheres e partirmos para os direitos da vida, busca-se também reformular a noção de ética, por isso falar em autonomia, poder e a aceitação do outro na convivência. Considera-se a vida ou a natureza um domínio de identidades e relacionamentos muito alargado; os seres humanos devem se perceber participantes desse domínio ao invés de se excluir para ilusoriamente dominá-lo. “Uma decorrência direta: os direitos concretos da espécie humana devem ser pensados na sua relação com os direitos de existência e realização de outras espécies de seres vivos” (BRANDÃO, 1994, p. 82).

Ao transformar a essência mesmo de nossas relações com a vida, transforma-se nossa organização política e social, que conduz-nos a um profundo desperdício de qualidades e potencialidades só evidenciadas na coletividade. O poder, o amor, o diálogo, a socialização somente acontecem na pluralidade e diversidade do convívio entre os seres humanos. A socialização espontânea e gratuita substitui o utilitarismo e o interesse nos fenômenos sociais e políticos de nossa vida cotidiana. A vida não é propriedade da espécie, mas é um sistema ecológico complexo que pertence à Terra. Assim o são as culturas e os saberes: Existem na coletividade, são produtos da socialização humana. A linguagem que os produz e representa nasce da organização social humana e não da criação divina de um indivíduo.

Trata-se de “passar de um agir sobre a natureza a um trocar gestos recíprocos com a natureza” (BRANDÃO, 1994, p. 76). Pode até parecer um devaneio poético como o próprio Brandão diz, mas também pode ser um desafio para diálogos e comunicação com/entre os humanos e o mundo. “O sentido da extensão dos direitos à liberdade a tudo-o-que-é-vivo deve estar na vida-em-si-mesma e no modo peculiar como cada um de seus seres dela participa (...)” (BRANDÃO, 1994, p. 83). O objetivo é construir cidadania, liberdade social e autonomia, independentemente da hierarquização social e econômica nascida da competição e do egoísmo dos sistemas social e político prevaletentes.

5. Considerações finais

A ciência é um empreendimento essencialmente anárquico: o anarquismo teórico é mais humanitário e mais apto a estimular o progresso do que suas alternativas que apregoam lei e ordem.

Paul Feyerabend

O convívio com os moradores da resex marinha baía do Iguape trouxe-nos esclarecimentos sobre o modo de vida tradicional e a construção de seus universos cognitivos. Observa-se também os desafios, tanto relacionados à realidade vivida na baía do Iguape, como a realidade vivida no universo social e político do Brasil.

Os problemas que aparentemente podem ser considerados locais estão ligados a processos de planejamento e desenvolvimento que os sucessivos governos nacionais e estadual (neste caso a Bahia) vêm idealizando e materializando. A região da baía do Iguape está inserida num contexto chamado Brasil, portanto, receber influências de tudo o que acontece no país em relação às políticas públicas de todos os setores da vida humana é imprescindível.

As UC's de uso sustentável são produtos de conquistas essenciais para as transformações necessárias ao país. A expressão "conservação da natureza" deveria ser modificada para "conservação da vida". A ecologia profunda e a ciência da cognição nos levam a considerar a vida em sua totalidade e não atribuir valores hierárquicos às espécies que a compõem.

A implantação e a efetivação da resex contemplam o universo simbólico presente nos/dos saberes, que não são simplesmente um emaranhado de técnicas de pesca e mariscagem. Os processos de construção dos saberes refletem o âmago e a riqueza imaterial que o uso social da natureza propicia. A imaginação e a memória, essenciais entre os grupos sociais tradicionais, são também essenciais em todo o processo de criação da espécie humana. As grandes transformações das ciências não acontecem na ausência delas, pelo contrário, os conhecimentos humanos sobre o mundo e seu dinamismo são um acúmulo de experiências coletivamente vividas e imaginadas ao longo do tempo.

Não se pretendeu aqui construir uma teoria sobre a educação e o planejamento, mas sim abordar as premissas e os princípios que conside-

ramos fundamentais para relações e interações com universos distintos, que se materializam em domínios de experiências não científicos. Acreditar na possibilidade de outros caminhos nos leva também a acreditar nas possibilidades de outros sonhos...

Notas

¹ Atividade praticada nos mangues e nos cordões arenosos, de forma artesanal, com o intuito de capturar mariscos como sururu, mapé, camarão, caranguejo, aratu, siri, sarnambi, dentre outros.

² Geografia Física, Humana, Humanística, Humanista, da Percepção, Ambiental, Socioambiental, Política, etc.

³ Projeto MARENA (Manejo Comunitário dos Recursos Naturais), coordenado pela Prof Dr^a Catherine Prost, do Instituto de Geociências, Dept. de Geografia da Universidade Federal da Bahia. A dissertação de mestrado a qual este artigo está relacionado foi realizada no contexto do projeto MARENA. As principais estratégias metodológicas em relação aos estudos sobre o universo cognitivo e cultural dos moradores da resex marinha baía do Iguape foram entrevistas com questões objetivas e subjetivas, onde a escolha das pessoas entrevistadas foi feita de forma aleatória (salvo, pessoas-chave como líderes comunitários, presidente e ex-presidente da colônia de pesca e as pessoas mais antigas que ainda moram dentro da resex), com um único critério: ser pescador e/ou marisqueira. Houve também participações em pescarias e atividades de mariscagem com o intuito de entender as artes de pesca praticadas dentro da unidade, pois, muito dos conhecimentos que os moradores possuem estão ligados ao trabalho. Encontros entre os integrantes do projeto MARENA para reflexões e debates também subsidiaram os estudos aqui apresentados.

⁴ O mito conta que o extrativista deve respeitar os manguezais para nunca lhe faltar alimento.

⁵ Reunião em Estocolmo para tratar de problemas ambientais; organização dos seringueiros e povos da floresta para tentar criar leis específicas para a exploração de recursos na floresta amazônica; e, no final dos anos 1970, foi criado no Brasil o Plano Nacional de Unidades de Conservação.

⁶ Reconhecimento legal de um período destinado à proibição da captura de espécies que estão se reproduzindo.

⁷ Segundo as marisqueiras, o sururu e o mapé (mariscos da região do Iguape) estão sendo capturados cada vez mais novos. Isso implica numa desestabilização da reprodução natural das espécies e numa preocupação a médio e longo prazos com a extinção das mesmas.

Referências

ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. Roberto Raposo (trad.). 10^a ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Somos as águas puras**. Campinas: Papyrus, 1994

BRASIL – SNUC. Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000. **Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e dá outras providências.** Brasília, DF, 2000.

BRASIL – PNEA. Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999. **Institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.** Brasília, DF, 1999.

BRASIL – Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Brasília, DF, 1996.

CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação:** a ciência, a sociedade e a cultura emergente. Álvaro Cabral (trad.). São Paulo: Ed.Cultrix, 1982.

_____. **As conexões ocultas:** ciência para uma vida sustentável. Marcelo Brandão Cipolla (trad.). São Paulo: CULTRIX, 2002.

_____. **A teia da vida.** Newton Roberval Eichenberg (trad.). São Paulo: Ed.Cultrix, 2006.

CAPRA, Fritjof; STEINDL-RAST, David. **Pertencendo ao Universo:** explorações nas fronteiras da ciência e da espiritualidade. Maria de Lourdes Eichenberger e Newton R. Eichenberg (Trad.). São Paulo: Cultrix, 1991.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade.** Guy Reynaud (trad.). 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 41ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

MATURANA, Humberto. **Cognição, ciência e vida cotidiana.** Cristina Magro e Víctor Paredes (orgs.). Belo Horizonte: Ed.UFMG/HUMANITAS, 2001.

_____. **A ontologia da realidade.** Cristina Magro; Miriam Graciano e Nelson Vaz (orgs.). Belo Horizonte: Ed.UFMG, 1997.

_____. **Emoções e linguagem na educação e na política.** José Fernando Campos Fortes (trad.). Belo Horizonte: Ed.UFMG, 1998.

MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco. **A árvore do conhecimento:** as bases biológicas da compreensão humana. Humberto Mariotti e Lia Diskin (trad.). São Paulo: Ed. Palas Athenas, 2001.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência.** Maria D. Alexandre e Maria Alice S. Dória (Trad.). 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2000.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço:** técnica, tempo, razão e emoção. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade:** uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas. Rio de Janeiro: Bertrand, 2002.

